



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 119

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO 1132-74.2012.8.17.1020 (334367-1)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: TELEFÔNICA BRASIL S/A
APELADA: ELIENE DA CRUZ RIBEIRO

**EMENTA: APELAÇÃO. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.
NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL IN RE IPSA.
PRECEDENTES DO STJ. INADEQUAÇÃO DO QUANTUM
INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.**

- Provado o acontecimento danoso - inscrição de dívida decorrente de contrato não celebrado pela Apelada -, bem como a responsabilidade da Apelante no referido evento, o dano moral fica evidenciado sem a necessidade de qualquer outra prova, prevalecendo o entendimento de que basta a demonstração do nexo de causalidade entre o dano e a conduta do ofensor para que surja o dever de indenizar. Precedentes do STJ.

- O valor da indenização deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, produzindo no agente do ilícito impacto suficiente para dissuadi-lo de igual procedimento, forçando-o a adotar cautela maior em situações como a descrita nestes autos. Indenização que não pode e não deve ser causa de enriquecimento ilícito do ofendido. Redução do valor arbitrado de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

- Apelação parcialmente provida.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator que, revisto e rubricado, passa a compor o julgado.

Sala de Sessões, em

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. 115/20

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO 1132-74.2012.8.17.1020 (334367-1)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: TELEFÔNICA BRASIL S/A
APELADA: ELIENE DA CRUZ RIBEIRO

R E L A T Ó R I O

Trata-se de apelo interposto contra sentença (fls. 70/73) que reconheceu ser indevida a inscrição do nome da Autora/Apelada em cadastros de restrição creditícia, por dívida referente à prestação de serviço de telefonia móvel pela Apelante, tendo sido declarada a inexistência de relação jurídica entre as partes.

A Apelante ainda foi condenada ao pagamento de R\$8.000,00 (oito mil reais) a título de danos morais, a ser corrigido monetariamente pela tabela do ENCOGE e acrescido de juros moratórios de 1,0% a. m. desde a sentença; também o foi em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação.

Em suas razões recursais (fls. 81/91), a Apelante, sustenta a validade da inscrição, tendo em vista a inadimplência da Apelada em relação aos serviços de telefonia contratados, bem como aduz a inexistência de danos morais indenizáveis, diante da ausência de qualquer prejuízo real em decorrência da negativação.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Destarte, pugna pela exclusão da indenização, ou, subsidiariamente, que seja reduzida a patamar razoável.

Preparo às fls. 94.

Contrarrazões da Apelado (fls. 101/107), nas quais requer seja mantido o julgado em todos os seus termos, salientando que a inscrição indevida em cadastros de restrição ao crédito prejudicaram a sua imagem e honra.

É o relatório, no essencial.

À revisão.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJ

Fis. _____

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO 1132-74.2012.8.17.1020 (334367-1)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: TELEFÔNICA BRASIL S/A
APELADA: ELIENE DA CRUZ RIBEIRO

P24

V O T O

Em sua exordial (fls. 02/10), a Autora/Apelada aduziu a ilegalidade do débito que lhe foi imputado, pois jamais contratou qualquer serviço junto à Ré/Apelante, tendo sido apanhada de surpresa ao ser impedida de comprar uma cama no crediário em razão da inscrição indevida.

A prestadora de telefonia afirmou durante toda a instrução e em seu recurso que o serviço foi efetivamente contratado pela Apelada, tendo sido apresentado seus documentos originais e fornecido o seu correto endereço, igual ao da inicial. Juntou cópias de telas do seu sistema interno (fls. 20/21), que comprovariam tratativas de seus funcionários com a Recorrida, bem como um "Termo de Adesão ao SMP", que suplantariam de vez qualquer dúvida quanto à contratação fustigada.

Todavia, não há que se alterar a sentença, pois resta caracterizada a responsabilidade objetiva da Apelante pelos danos morais advindos da inscrição, que, no caso, mostrou-se indubitavelmente indevida.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Com efeito, as telas de sistema colacionadas pela Recorrente não têm qualquer força probante, chegando a primeira delas a registrar que o cliente ali atendido se chamava Daniel (fls. 20), o que afasta até mesmo seu potencial de indício.

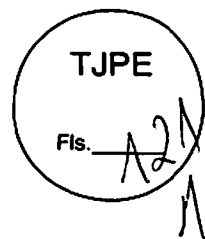
Sobraria como prova da contratação o mencionado "Termo de Adesão ao SMP", acompanhado de cópias dos documentos da Apelada.

> Ocorre o referido termo simplesmente não carrega a assinatura da Recorrida, não passando, assim, de um simples formulário preenchido por uma funcionária da Apelante. Quanto aos documentos supostamente apresentados quando da alegada contratação, além do fornecimento do endereço correto da Apelada, nada mais corriqueiro e banal para a astúcia dos falsários de plantão, que sabidamente atuam com frequência nessa área, parecendo ser essa a hipótese verificada nestes autos.

De todo modo, resta desimportante perquirir o que de fato aconteceu se a Apelante não conseguiu provar a contratação dos seus serviços pela Apelada, tornando indevida a negativação e, portanto, atraindo a indenização por danos morais, os quais, *in casu*, se dão *in re ipsa*.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



De fato, provado o acontecimento danoso, bem como a responsabilidade da Apelante no referido evento, o dano moral fica evidenciado sem a necessidade de qualquer outra prova, prevalecendo o entendimento de que *basta a demonstração do nexo de causalidade entre o dano e a conduta do ofensor para que surja o dever de indenizar.*

Nesse sentido, o seguinte precedente do Col. STJ, *verbis*:

.....

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL.

INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. CENTRAL DE RISCO DE CRÉDITO DO BANCO CENTRAL. NATUREZA DE CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL "IN RE IPSA". PRESUNÇÃO. DESNECESSIDADE DE PROVA. AGRAVO DESPROVIDO. (AgRg no REsp 1183247/MT, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 20/08/2012)

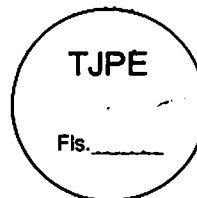
.....

No mesmo sentido, confira-se ainda: AgRg nos EDcl no REsp 1.156.729/MG, Rel. Min. Massami Uyeda, DJe 19.03.2010; Ag 583.579/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 01.02.2005; e MC 7.383/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ de 19.11.2003.

Em relação ao pedido de redução da indenização por danos morais, entendo que deva alcançar melhor sorte, uma vez que o magistrado sentenciante arbitrou a quantia de R\$8.000,00 (oito mil reais).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



É preciso salientar que o valor da indenização deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, produzindo no agente impacto suficiente para dissuadi-lo de igual procedimento, forçando-o a adotar cautela maior em situações como a descrita nestes autos, sem, contudo, implicar em enriquecimento ilícito para o ofendido.

> Por este motivo, levando-se em conta os princípios que orientam a reparação do dano moral, como a situação econômica das partes envolvidas, a gravidade do dano causado e o escopo satisfativo e punitivo da reparação – sem desbordar de prudentes limites e sem ensejar enriquecimento desmotivado ao lesado –, tenho por elevado o quantum indenizatório arbitrado no primeiro grau, motivo pelo o reduzo para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Isto posto, observando as balizas da proporcionalidade e da razoabilidade, **DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DE APELAÇÃO**, apenas para reduzir a indenização por danos morais de R\$8.000,00 (oito mil reais) para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mantendo a sentença nos seus demais termos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

116
1

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0334367-1

DESPACHO

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 27 de maio de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Revisor